

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2021
AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA PARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE CACEQUI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Bento Gonçalves - n.º 363, nesta cidade, representado neste ato pela sua Prefeita Municipal, Senhora **ANA PAULA MENDES MACHADO DEL'OLMO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **RS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E PEÇAS EIRELI**, CNPJ n.º 34.688.908/0001-51, estabelecida na Rua Voluntários da Pátria n.º 242, Bairro Centro, na Cidade de Campo Bom- RS, CEP 93.700-00, representada neste ato por seu titular Sr. **LEANDRO CAVALHEIRO DE CARLI**, brasileiro, inscrito no CPF sob n.º 016.091.280-60, domiciliado Voluntários da Pátria n.º 242, Bairro Centro, na Cidade de Campo Bom- RS, CEP 93.700-00, denominada **CONTRATADA**, para o fornecimento do objeto descrito na Cláusula Primeira- Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do **PROCESSO LICITATÓRIO 30.04.2021, modalidade Pregão Presencial n.º 01/2021**, regendo-se pelo artigo 24, inciso II Lei Federal n.º 8.666/93 com suas alterações posteriores, e legislação pertinente, e nos termos do Decreto n.º 9.412/2018 assim como pelas condições constantes do processo, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo o fornecimento por parte da contratada de um veículo, tipo Ambulância para o contratante, destinado a Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrição a seguir:

ITEM	PRODUTO	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
01	Um veículo automotor Ambulância, 0 KM, cor branca, MARCA Mercedes Benz, modelo Sprinter Furgão ano de fabricação/modelo 2020/2021; Motor a óleo diesel de 4 cilindros; Gerenciamento eletrônico; motor de 2.2 litros; Potência de 160 cv; Alternador de 180 amp; Direção elétrica ou hidráulica; capacidade para três lugares na cabine do motorista, sendo o motorista mais dois acompanhantes; ar condicionado original do fabricante do veículo para a cabine do motorista; com garantia de 01 um ano sem limite de quilometragem, Regulagem de alcance de faróis; farol de neblina; Vidros dianteiros elétricos originais do fabricante do veículo; Alça de apoio do lado do acompanhante; Barra estabilizadora nas suspensões dianteiras e traseiras; Tração traseira; Tanque de combustível para 70 litros; Freios ABS; AIR BAG duplo na dianteira para motorista e acompanhantes; Espelhos Retrovisores externos elétricos com aquecimento; Travamento com controle remoto das portas; Alarme; volante com ajuste de altura e profundidade; Com 05 portas sendo: 02 portas (para o motorista e o acompanhante), 01 porta lateral corredeira, 02 portas na parte traseira do veículo com abertura total; Freio a disco nas rodas dianteiras e traseiras; Câmbio manual de no mínimo 6 marchas a frente e uma a ré; Capacidade volumétrica de 10,5 m3; compartimento de carga com comprimento de 3370mm; altura interna de 1900mm; capacidade de carga de 1600kg; controle de tração; controle de estabilidade; poltrona fixa para atendente; armários laterais localizados em um dos lados do compartimento com portas deslizantes e prateleira balcão; exaustor; conjunto de oxigenação com régua tripla, mangueira de oxigênio com aspirador, umidificador, fluxômetro, regulador de pressão, máscara e ponto reserva para aspirador; almofadas nos batentes, parte superior das portas, para proteção contra impactos na cabeça dos ocupantes na saída do compartimento; compartimento para cilindro de oxigênio; suporte para soro e sangue; maca retrátil em alumínio, com rodízios, cabeceira basculante, com colchonete revestido em courvin, engate rápido e cinto de segurança; sinalizador 01 tom, com sirene embutida; aplicação de lay-out padrão ambulância; adesivos padrão Prefeitura Municipal de Cacequi conforme modelo deste edital, E demais equipamentos de segurança exigidos pela Legislação Nacional de Trânsito	01	R\$.239.450,00	R\$.239.450,00
Gestão 2021-2024				Total: R\$.239.450,00

O produto adquirido corresponde ao item 01 do anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

O valor total do presente contrato, referente a aquisição do veículo ambulância é de **R\$ R\$.239.450,00 (duzentos e trinta e nove mil com quatrocentos e cinquenta reais)** pagável conforme entrega de item, descontados os valores relativos aos tributos, e com as especificações inclusas nas Notas de Empenhos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO

O pagamento do valor estipulado na cláusula segunda deste contrato será feito pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Cacequi, através de transferência via eletrônica bancária. O pagamento será realizado, após a entrega do veículo ambulância, conforme cronograma de pagamento a fornecedores estabelecido pela Secretaria Municipal de Fazenda, mediante apresentação das Notas Fiscais e/ou Faturas onde deverá constar, obrigatoriamente: o nº do empenho; o nº do contrato; o nº da conta bancária, e se for o caso, anexar Declaração de Optante pelo Simples, informando o respectivo enquadramento, assinado pelo Contador e pelo responsável pela empresa, a cada Nota Fiscal e/ou Fatura emitida, na entrega do bem, objeto desta licitação, devidamente atestadas pelo responsável, devendo a CONTRATADA estar com todas as obrigações trabalhistas, como INSS e FGTS em dia.

PARÁGRAFO ÚNICO: O atraso no pagamento, por culpa exclusiva do Contratante, e por prazo superior a 30 (trinta) dias, assegura a Contratada correção monetária do valor devido pelo IGPM-FGV.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das responsabilidades legais, regulamentares e as constantes do instrumento convocatório e seus Anexos constituem obrigações da CONTRATADA:

- Comunicar imediatamente à Administração, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

- Repor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da respectiva intimação, após a devida comprovação, garantida previamente ampla defesa e contraditória, qualquer objeto do Contratante e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados;
- Atender prontamente quaisquer exigências do representante do Contratante, inerentes ao objeto da contratação;
- Manter, durante a execução contratual, as mesmas condições de habilitação exigidas no certame;

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações do Contratante:

- Assegurar-se da boa execução da entrega, verificando sempre o seu bom desempenho;
- Verificar, para fins de constatação quanto à oportunidade e conveniência da manutenção do contrato, se os preços contratados estão em conformidade com as condições ofertadas na licitação, bem como compatíveis com aqueles praticados no mercado;
- Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pela Contratada;
- Exercer a fiscalização da entrega por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas, propor as adequações necessárias;
- Documentar as ocorrências havidas;
- Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada,
- Proporcionar à Contratada o acesso necessário a fim de que possa executar as entregas;
- Efetuar os pagamentos devidos.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

I - São responsabilidades do CONTRATANTE:

- a) pagar à Contratada pontualmente e com exatidão, o preço contratado;
- b) acompanhar e fiscalizar as condições de habilitação e qualificação da Contratada.

II - São responsabilidades da CONTRATADA:

- a) fornecer ao CONTRATANTE o veículo tipo ambulância em conformidade com o edital e a proposta que foi vencedora.

- b) responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- c) zelar pela execução do contrato com qualidade e perfeição;
- d) manter durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, e poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 57 e 65 da Lei nº8. 666/93, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas.

- Prazo de Entrega: em até 30 (trinta) dias da data de assinatura do contrato, caso houver, ou da data da emissão da nota de empenho quando esta substituir o contrato.

- Substituição do Produto: em até 10 (dez) dias corridos contados a partir do recebimento do Termo de Devolução do produto a ser emitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA DO BEM

A CONTRATADA oferece e se obriga a dar garantia do veículo do tipo ambulância pelo prazo de (12) doze meses, a contar da entrega do mesmo, sem limite de quilometragem.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

O Município de Cacequi, por intermédio do Secretário solicitante, qual seja, Secretaria Municipal de Saúde, fiscalizará o andamento da entrega do bem, reservando-se o direito de rescindir o contrato se verificada qualquer anormalidade, em especial as previstas nos Artigos 77 e 78, da Lei nº 8.666/93, sendo que a rescisão também poderá ocorrer de acordo com o exposto no artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

– Cabe a Secretária da Saúde, proceder à fiscalização rotineira do bem recebido, quanto as suas especificações constantes do edital e da proposta vencedora.

– As irregularidades constatadas pela Secretária requisitante deverão ser comunicadas a Secretaria de Administração, no prazo de 48 horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS MULTAS E DEMAIS SANÇÕES

Pela inexecução da entrega total do bem, vencido pela empresa CONTRATADA a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penas de natureza civil (cláusula penal), compensatórios das perdas e

danos sofridos pela administração, conforme art. 917, do Código Civil, e administrativo, nos moldes do art. 87, da Lei nº 8.666/93:

Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado está a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução parcial do contrato;

Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de advertência por escrito;

Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato;

Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos, no caso de inexecução total do contrato;

Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado a vencedora o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo, no caso de inexecução total do contrato.

Observação:

I. As multas relacionadas nas alíneas “c” e “d” poderão ser aplicadas cumulativamente;

II. A multa relacionada na alínea “e” será aplicada onde restem configurados prejuízos à Administração e o descaso da empresa contratada.

III. As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

- Aplicadas as multas, o Município descontará do primeiro pagamento que fizer à Contratada, após a sua imposição.

- As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

- Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

- Da aplicação das penas definidas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

- O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido à Autoridade Superior, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº. 44.90.52.00.00.00.00, recursos consignados na Lei Orçamentária específica do presente exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme o disposto nos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666/93, cujo direito do

CONTRATANTE a CONTRATADA declara reconhecer, conforme dispõe o inciso IX, do artigo 55 desta mesma Lei.

- Ficam conferidas ao CONTRATANTE, com relação ao presente contrato todas as prerrogativas previstas nos incisos I, II, III, IV e V, do artigo 58, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica fazendo parte integrante deste contrato, naquilo em que não lhe contrariar expressamente o Processo Licitatório nº 30.04.2021- modalidade Pregão Presencial nº 01/2021, devidamente homologado pela Autoridade Competente, e, em especial, a proposta de preço da CONTRATADA, ao qual está plenamente vinculada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

– Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento deste contrato ou não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver executando o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº. 10.406/2002).

– Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

– Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Secretaria solicitante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido esse prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data da solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICIDADE

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, o presente contrato será publicado no jornal de grande circulação na região em que são publicados os atos oficiais do governo na forma de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

As partes aqui contratadas elegem únicas e exclusivamente o foro da cidade de Cacequi, para dirimir eventuais dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

E por estarem às partes justas e contratadas assinam o presente instrumento particular de contrato em 06 (seis) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Cacequi, 19 de março de 2021.

**MUNICÍPIO DE CACEQUI
ANA PAULA MACHADO DEL'OLMO
PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATANTE**

**RS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E PEÇAS EIRELI
LEONARDO CAVALHEIRO DE CARLI
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS: 1. _____
NOME/CPF N°

2. _____
NOME/CPF N°